

PARLAMENTO EUROPEU



EDIÇÃO ESPECIAL

**CONSELHO EUROPEU**  
**16 e 17 de Dezembro 2004**  
**Bruxelas**

**DISCURSO DO PRESIDENTE JOSEP BORRELL FONTELLES**  
**CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA**



04/S-2004

*Direcção-Geral da Presidência*

(Intranet) <http://www.europarl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2004)  
(Internet) <http://www.europarl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2004)

*\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\2004\12-Bruxelles*

# **Discurso do Presidente Josep BORRELL**

**Conselho Europeu**

**Bruxelas, 17 de Dezembro de 2004**

-----

Senhoras e Senhores Membros do Conselho Europeu,

Em primeiro lugar, gostaria de exprimir os meus agradecimentos à Presidência neerlandesa pela disponibilidade demonstrada em relação ao Parlamento Europeu. Gostaria igualmente de a felicitar pelo destaque que conferiu à questão da "Communicating Europe" num momento em que a informação dos cidadãos é indispensável.

Há um mês, comprometi-me perante V. Exas. a que o Parlamento Europeu faria tudo o que fosse necessário para que uma Comissão forte e com um amplo apoio parlamentar pudesse começar a trabalhar. Cumprimos o nosso compromisso.

Mas trabalhar em que sentido?

Em 26 de Janeiro de 2005, o Presidente Barroso apresentará o seu programa de trabalho para 2005 e o programa plurianual para os próximos cinco anos. Pela primeira vez, e na perspectiva da entrada em vigor da Constituição, proporá um Acordo Interinstitucional sobre a aprovação do referido programa quinquenal.

O Parlamento está disposto a negociar este Acordo, que proporcionará a todos um quadro para o nosso trabalho nos próximos cinco anos.

Entretanto, as nossas prioridades políticas incidirão sobre várias questões. Começarei pelas perspectivas financeiras.

O Parlamento Europeu toma muito a sério o seu papel imprescindível em matéria de perspectivas financeiras. E sem o Parlamento Europeu, não haverá perspectivas financeiras.

Juntos, teremos de alcançar um acordo para o período de 2007-2013. Para o efeito, o Parlamento criou uma comissão temporária, que tenho a honra de presidir, a fim de definir uma posição lógica e coerente. Os nossos trabalhos baseiam-se nas propostas da Comissão.

Queremos esse acordo e que o mesmo seja adoptado dentro do prazo previsto. Mas não queremos um acordo qualquer.

Será necessário, igualmente, que os Estados-Membros cheguem a acordo entre si.

A este respeito, seis Estados-Membros exprimiram formalmente as suas posições no tocante às propostas apresentadas pela Comissão Prodi e assumidas oficialmente pela Comissão Barroso. As comparações entre os números são significativas.

Em primeiro lugar, importa comparar o que é comparável. É absurdo fazer uma comparação entre uma proposta da Comissão relativa a dotações para pagamentos e a proposta de seis países que incide sobre dotações para autorizações.

É necessário comparar:

- uma proposta da Comissão que representa 1,025 mil milhões de euros para o período de 2007-2013, ou seja, 1,26 % do PIB em dotações para autorizações; e
- uma proposta apresentada por seis países que representa 815.000 milhões de euros para o mesmo período, ou seja, 1% do PIB em dotações para autorizações.

A proposta dos seis países implica uma redução de 210.000 milhões de euros relativamente à proposta da Comissão.

Esta percentagem de 1% obrigar-nos-á a reduzir os nossos objectivos políticos e a pôr em causa os compromissos assumidos?

Por outro lado, gostaria de recordar que a ausência de um acordo entre o Parlamento e o Conselho sobre o novo quadro financeiro plurianual significaria:

- uma renegociação de cada política da União numa base anual;
- voltar ao processo orçamental anual previsto nos Tratados, o que significa um acordo entre os dois ramos da autoridade orçamental. Estou convicto de que tanto o Conselho como o Parlamento não querem retomar as lutas do passado, em que cada um queria impor o seu ponto de vista.

Não descortino como o Conselho poderá reduzir a dotação financeira e, ao mesmo tempo, fazer face aos novos desafios e prioridades que esperam a União, dado que V. Exas. já fixaram as despesas agrícolas até 2013.

Quando falo de desafios e prioridades, refiro-me em particular:

- à plena realização do alargamento actual e ao alargamento futuro;
- à manutenção da política de coesão, verdadeiro instrumento de solidariedade comunitária;
- ao papel crescente da União no mundo e às novas políticas, em particular no domínio da investigação e educação.

Permitam-se uma observação: é curioso constatar que os Estados-Membros que são favoráveis a um novo alargamento (e estou a pensar, em particular, na Turquia) são também os menos dispostos a um financiamento adequado.

Tenho a sensação de que, cada vez mais, o Conselho quer mais europeus, mas menos Europa.

Não podemos ter mais Europa por menos dinheiro. O senhor Barroso disse-o noutro dia ao Parlamento Europeu.

Mas não tenham receio. Contrariamente ao que se diz, o Parlamento Europeu não é uma autoridade orçamental laxista e os dados demonstram-no:

- no período de 1988-2003, das duas autoridades orçamentais, o Conselho foi a que mais aumentou as suas despesas (as despesas obrigatórias). Por outro lado, comparativamente a um aumento médio de 22,9 % dos orçamentos nacionais dos 15 Estados-Membros entre 1996 e 2002, o aumento do orçamento da União foi apenas de 8,2 %.

A mensagem que gostaria de transmitir-lhes é a de que esta negociação não deve resumir-se unicamente a uma "batalha de números e percentagens", mas incidir sobre um projecto de Europa cujo financiamento deverá estar à altura das suas ambições.

---

Senhoras e Senhores,

Antes de entrar na questão fulcral deste Conselho, a Turquia, permitam-me evocar outras questões também inscritas na agenda.

A polémica em torno da decisão sobre a Turquia impediu que a importância das vossas decisões sobre a Bulgária, a Roménia e a Croácia fosse devidamente apreciada. No que respeita à Bulgária, apoiamos os esforços realizados, pois permitiram ao país entrar na via da adesão dentro dos prazos previstos.

No que se refere à Roménia, continuamos a pensar que é necessário trabalhar mais para conseguir um sistema judicial mais independente, um menor recurso aos decretos de emergência e empreender mais esforços para erradicar a corrupção a todos os níveis. Na opinião do Parlamento, é evidente que a Roménia deve estar sujeita às mesmas condições que a Bulgária. Não obstante, posso declarar que, apesar das dificuldades técnicas, o Parlamento fará todo o possível para votar o seu parecer favorável sobre a conclusão das negociações em 13 de Abril.

### **O representante da UE para os direitos humanos**

A vossa decisão de nomear um representante da UE para os direitos humanos suscita no Parlamento uma certa preocupação. A nossa Instituição foi, como sabem, pioneira neste domínio e está na origem das cláusulas que, em matéria de direitos humanos, são doravante incluídas nos nossos acordos internacionais.

Por um lado, os direitos humanos constituem desde sempre um pilar central da nossa abordagem da política externa da União e esta nomeação poderia reforçar a importância dos direitos humanos.

Por outro lado, a capacidade de o Parlamento controlar o trabalho da União neste domínio suscita uma certa inquietação. A colaboração entre o Parlamento e a Comissão nesta área tem funcionado bem e temos todo o interesse em garantir que ela se mantenha.

De que forma este representante informaria o Parlamento sobre o seu trabalho? Gostaria que reflectissem sobre estas questões antes de darem o aval a uma ideia que poderia suscitar dificuldades ou que poderia revelar-se puramente simbólica.

### **Processo de paz no Médio Oriente**

No mês passado, o Rei Abdallah da Jordânia declarou ao Parlamento Europeu que existia uma oportunidade para fazer avançar o processo de paz, mas que só duraria dois anos. As eleições presidenciais que se realizarão em 9 de Janeiro na Palestina são uma ocasião importante para manter aberto este processo. Por esta razão, o Parlamento tenciona enviar 30 deputados, a maior delegação de observação de eleições jamais enviada pela nossa Instituição.

## **Ucrânia**

Por uma vez, a União Europeia demonstrou a sua capacidade de liderança na cena internacional. Creio que podemos felicitar o Alto Representante para a Política Externa, Sr. Solana. Tenho a intenção de deslocar-me à Ucrânia depois das eleições e da inauguração do novo parlamento em Kiev, a fim de que esta visita seja o símbolo do apoio do Parlamento Europeu ao processo democrático.

## **Turquia**

No relatório que votou há dois dias, o Parlamento Europeu pede ao Conselho que as negociações com a Turquia sejam encetadas "sem delonga desnecessária". Esta noite, o Sr. Balkenende anunciou que as negociações com a Turquia terão início em 3 de Outubro.

A data é consonante com a posição do Parlamento.

Espero que hoje mesmo, a Turquia possa aceitar as condições que V. Exas. estabeleceram ontem.

O resultado da votação foi claro: 407 votos a favor e 262 votos contra. Mas o que o Parlamento aprovou é tão importante como aquilo que rejeitou. O Parlamento rejeitou sem reservas qualquer plano B, uma parceria privilegiada ou qualquer outra alternativa à plena adesão. A nossa posição é clara e definitiva. Naturalmente, abrir negociações não implica concluí-las. Em nenhuma negociação de adesão é possível prever o resultado final. Mas, no momento da abertura das negociações, o objectivo é a plena adesão.

É evidente que, e tenho conhecimento de que esta questão foi objecto de intensas negociações com o Sr. Erdogan, a abertura de negociações implica o reconhecimento de Chipre pela Turquia. Na mesa das negociações haverá 25 países, um dos quais será Chipre e outro a Turquia.

É evidente que negociar com alguém implica reconhecer essa pessoa.

O Parlamento discutiu longamente a sua posição. Nos últimos meses, a questão turca absorveu praticamente a Instituição: conferências, visitas, nomeadamente do Primeiro-Ministro Erdogan e de Leyla Zana, relatórios independentes, envio de delegações à região, audições sobre os direitos da mulher, direitos humanos, etc.

Durante a minha visita à Turquia pude constatar que todos, desde as autoridades aos defensores dos direitos humanos, desde o Patriarca grego-ortodoxo aos dirigentes sindicais, todos, repito, reclamavam o início das negociações. É evidente que a perspectiva da adesão foi o motor, e é a garantia, da reforma política, social e económica. Um NÃO implicaria a inversão deste processo.

Por outro lado, é também evidente que a entrada da Turquia na UE é uma tarefa enorme, e não creio que todas as pessoas com que me encontrei na Turquia estejam plenamente conscientes da amplitude do esforço exigido. A maior parte do relatório do Parlamento incide sobre o que será necessário fazer após a abertura das negociações. O Parlamento deve reforçar as suas relações com a sociedade civil turca.

Espera-nos também um vasto trabalho de informação política junto da opinião pública europeia. Se a questão turca for encarada como uma nova batalha de Lepanto ou um novo cerco de Viena, não chegaremos a parte alguma.

Por este motivo, o Parlamento deseja ser consultado sobre qualquer proposta que vise suspender as negociações com a Turquia. Se o Parlamento detém a chave da adesão no final das negociações, seria estranho que fosse meramente informado da decisão adoptada, sobretudo tendo em conta a necessidade de associar o Parlamento ao trabalho de explicar estas negociações à opinião pública. Como poderia o Parlamento explicar uma decisão à qual nem sequer foi associado?

Por último,

### **Kofi Annan/Iraque**

Gostaria de agradecer à Presidência a iniciativa de convidar Kofi Annan a exprimir-se perante o Conselho. Há um ano, o Parlamento recebeu Kofi Annan por ocasião da cerimónia de entrega do Prémio Sakharov, o qual, na minha opinião, precisa do nosso apoio neste momento. Aos que o têm atacado nas últimas semanas gostaria de dizer "quem tem telhados de vidro, não deve atirar pedras" ou, como se diz em inglês *"people who live in glass houses shouldn't throw stones"* ou em francês: *"Qu'as tu a regarder la paille qui est dans l'oeil de ton frère? Et la poutre qui est dans ton oeil à toi, ne a vois tu pas!"*

Muito obrigado.

---